

# INTRODUÇÃO

## COMÉRCIO INTERNACIONAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO<sup>1</sup>

*Erlly Cardoso Teixeira<sup>2</sup>*

Os problemas no comércio internacional de produtos da agricultura brasileira são perceptíveis. A participação dos produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional era, em 1991, 2,45%. Caiu 50% do princípio da década de 80 até os primeiros anos da década de 90. Também no mercado interno, a participação dos produtos agrícolas na pauta de exportação caiu de 44%, em 1984, para menos de 20%, nos primeiros meses de 1993. As exportações de produtos agrícolas estão estagnadas em torno de US\$ 8 bilhões desde 1982. Já as importações de produtos agropecuários quase dobraram, passando de US\$ 1,06 bilhão, em 1984, para US\$ 1,8 bilhão, em 1992. Estas informações retratam os problemas do comércio internacional dos produtos agrícolas, dão idéia das dificuldades enfrentadas pelo setor privado para competir no exterior e refletem a omissão das instituições públicas brasileiras em promover a competitividade dos produtos agrícolas e a expansão do comércio internacional

Contudo, o comércio internacional é importante para a formação de mais de 20% da renda da agricultura brasileira. A agropecuária é um setor da economia empobrecido pelas intervenções desastrosas do governo no seu mercado. A renda per capita da agricultura é de apenas US\$ 1000, enquanto que a do setor não agrícola é quatro vezes maior. Assim, tem-se um setor produtivo carente de receita, que enfrenta altos impostos e custos comerciais para exportar, e um setor público pouco sensível às oportunidades de se obter renda do mercado internacional.

Outra importância do comércio internacional está em permitir o escoamento do excesso dos produtos agrícolas competitivos, estimulando o aumento

---

<sup>1</sup>. Estas anotações resumem as principais conclusões extraídas dos trabalhos apresentados no V Seminário Internacional de Política Agrícola, realizado no Departamento de Economia Rural da UFV nos dias 9, 10 e 11 de novembro de 1993. Este evento foi financiado pelas instituições: CNPq, FAPEMIG E FINEP.

<sup>2</sup>. Ph.D., Professor Titular de Política Agrícola, UFV-DER, 36570-000 Viçosa-MG. O autor agradece os comentários de Orlando Monteiro da Silva, Maria Hélia León Kam-Chings e Valdecir Xisto Medeiros.

da produção e do emprego dos recursos trabalho, terra e capital. O aumento do emprego, da produção e da massa salarial ao longo da cadeia agroindustrial é um forte componente do crescimento econômico do País, uma vez que o setor agroindustrial gera aproximadamente 40% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

A expansão do comércio internacional de produtos agrícolas é obtida quando são implementadas políticas orientadas para a geração de vantagem comparativa e competitividade.

A vantagem comparativa se obtém quando a economia possui recursos humanos, naturais e de capital em abundância tal que se tenham custos relativos de produção mais baixos que os países competidores. Neste sentido, políticas garantindo a preservação dos recursos naturais em quantidade e qualidade só perdem em importância para os investimentos na educação, no treinamento e na pesquisa, isto é, para o aumento da eficiência tecnológica e da qualidade dos recursos humanos (MENDONÇA DE BARROS, 1993; ALVES, 1993). A formação dos recursos de capital, em todas as economias, ocorre a partir do aumento da produção obtida a custos médios continuamente mais baixos. A presença desse capital na infra-estrutura de produção e comercialização é fundamental para o crescimento da economia agrícola. Assim, investimento na infra-estrutura de transporte, eletrificação, irrigação, comunicação e armazenagem propicia altas taxas de crescimento econômico.

A competitividade maior ou menor está relacionada com a capacidade da economia de ofertar produtos aos preços do mercado internacional. Neste caso, a competitividade é garantida ou perdida em decorrência de políticas fiscais, cambiais, monetárias e comerciais. Taxações às exportações, aos insumos e aos produtos reduzem a competitividade e a rentabilidade do empreendimento, desestimulando a adoção de tecnologias e impedindo aumentos de produtividade. Já as políticas de sobrevalorização cambial constituem uma taxa implícita às exportações e um subsídio implícito às importações. O efeito principal da sobrevalorização cambial é dificultar as exportações e facilitar as importações, gerando, dessa forma, preços internos mais baixos para os produtores. As políticas monetárias restritivas promovem elevação da taxa de juros e restringem a disponibilidade de recursos para o crédito rural e para investimentos em infra-estrutura. Políticas comerciais que restringem as exportações ou admitem importações subsidiadas com o pretexto de garantir o abastecimento interno também desestimulam o crescimento da produção e da produtividade por provocarem quedas nos preços internos. Por outro lado, políticas comerciais omissas quanto às oportunidades de expandirem os negócios internacionais

inibem o crescimento do setor agrícola no curto prazo, e contribuem para a desinformação dos empresários e para o despreparo da burocracia estatal para atuar no mercado internacional, gerando perdas cumulativas de competitividade.

O V Seminário Internacional de Política Agrícola, realizado no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, no período de 9 a 11 de novembro de 1993, discutiu diversos temas relacionados com o comércio internacional e a comercialização agrícola. Alberto Valdés, do Banco Mundial, Mauro Lopes, da CONAB, e Guilherme de Almeida, do IPEA, trataram da intervenção governamental no mercado agrícola e seu impacto sobre o comércio internacional e o crescimento econômico. A contribuição de Antônio Salazar Brandão, de FGV, e de Honório Kume, do IPEA, foi sobre a liberalização do comércio internacional, via Rodada do Uruguai, e sobre a definição de tarifas ótimas pelo Brasil. Marcos Jank, da ESALQ, e Orlando Monteiro da Silva, da UFV, discutiram a competitividade da agricultura brasileira no MERCOSUL, NAFTA E CE. Os temas relacionados com políticas macroeconômicas, vantagem comparativa e com a sequência e combinações de reformas na economia agrícola foram abordados por Maurício Barata Pinto, da UnB, Gervásio Rezende, do IPEA, e Alberto Valdés, do Banco Mundial. A comercialização de produtos agrícolas foi examinada por Antônio Cordeiro de Santana, da FCAP, e por Danilo Dias de Aguiar, da UFV. Geraldo Camargo de Barros, da ESALQ, falou sobre finanças públicas e agricultura. Amilcar Gramacho, da OCB, e Wilson Quintela Filho, da ANEC, trouxeram a vivência dos problemas e promessas do mercado internacional e apresentaram uma análise crítica da realidade do comércio internacional de produtos agrícolas.

As principais conclusões extraídas dos trabalhos apresentados no V Seminário Internacional de Política Agrícola são oferecidas a seguir. Quanto às oportunidades de obtenção de vantagens comparativas, sugerem-se maiores investimentos do setor público na educação; no treinamento da mão-de-obra, tanto para a agricultura como para o atendimento da demanda de trabalho fora da propriedade; na pesquisa e difusão de tecnologias; e na saúde. Relativamente aos recursos naturais, sugere-se a definição de legislação pertinente com incentivos e punições, devidamente fiscalizados, para a sua preservação em quantidade e qualidade. Conclui-se pela necessidade de maior associação entre o setor público e o setor privado para ampliarem os investimentos em ferrovias, hidrovias, conservação e ampliação da rede rodoviária, promovendo redução nos custos de comercialização. Maiores investimentos são necessários para a eletrificação, a telefonia e água para irrigação, reduzindo a discriminação na oportunidade da utilização destes recursos entre a população urbana, que os

encontra na porta de sua residência, e a rural, que só pode acessar estes benefícios do progresso com altos custos. Maiores investimentos na infra-estrutura de comercialização importam para se obter vantagem comparativa para a agricultura brasileira, com forte repercussão no crescimento da economia.

A obtenção de competitividade, isto é, a capacidade de ofertar a preços internacionais, ocorreria a partir de uma reforma fiscal capaz de reduzir o número de impostos e a taxação à produção e às exportações agrícolas. Esta reforma equilibraria o tratamento fiscal entre os setores da economia, o que equivale a uma redução na discriminação tributária à agricultura. Esta tributação excessiva sobre o setor tem transferido renda da agricultura, descapitalizando o setor e limitando sua capacidade de investir em tecnologia. Esta reforma fiscal deve combater a sonegação, de forma a ampliar a base de incidência dos impostos e, assim, manter ou até aumentar a arrecadação. A competitividade da agricultura brasileira não pode ser sacrificada, ignorando-se a existência de subsídios à produção e à exportação de produtos agrícolas na CE, NAFTA e Japão. Tarifas compensatórias ou simplesmente elevação nas tarifas aduaneiras aos níveis das taxas consolidadas na Rodada do Uruguai, do GATT, devem ser consideradas para produtos específicos e situações bem definidas de subsídio internacional. Faz-se necessário compatibilizar a redução de tarifas à importação de produtos agrícolas e de insumos para a agricultura, para não se comprometer a competitividade adquirida. Estudo de CAMPOS (1991) afirma que os países exportadores líquidos de produtos agrícolas tendem a ganhar mais com a liberalização do comércio internacional, quanto maior for seu saldo na balança comercial de produtos agrícolas. Neste sentido, tanto o setor público quanto o setor privado devem adotar medidas para ampliar as exportações dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, devem colaborar com o esforço internacional para a redução dos subsídios às exportações agrícolas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, ELISEU. Reflexões Sobre Política Agrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 31 (2):91-102, abr./jun, 1993.
- CAMPOS, ANTÔNIO C. Liberalização do Mercado Internacional de Produtos Agrícolas e a Agricultura brasileira. In: TEIXEIRA, E. C. , **A Política Agrícola na Década de 90**. Viçosa, Imprensa Universitária, 1991. 232 p.
- MENDONÇA DE BARROS, J. R. O Brasil e o Novo Cenário Internacional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, 31 (2):83-90, abr./jun., 1993.